

## A questão trabalhista no Governo Bolsonaro e os dilemas do movimento sindical brasileiro

Alexandre Marinho Pimenta<sup>1</sup>

Não é nenhuma novidade afirmar que os trabalhadores, suas organizações, movimentos e protestos são inimigos centrais do governo Bolsonaro. Trata-se, afinal, de um governo burguês com discurso e prática abertamente pró-patronal, pró-capital, sem nenhuma delonga, diferentemente do que vimos, por exemplo, com o petismo no poder e seu malabarismo ideológico pró-trabalhador.

Propomo-nos aqui realizar um breve balanço sobre a questão trabalhista nesse primeiro ano do Governo Bolsonaro. Pretendemos responder de forma sintética as seguintes perguntas: como tem sido a aplicação do programa governamental para as relações de trabalho e emprego? Qual é a situação atual dos trabalhadores, do sindicalismo, e como as medidas do atual governo vêm afetando-a? O que se desponta para os próximos momentos? E, por fim, e mais central, realizaremos também uma crítica ao movimento sindical e às forças políticas majoritárias no mesmo – procedimento necessário caso queiramos reconstruir o ativismo trabalhista de massas no país, criando assim possibilidades concretas para resistir nesse período histórico.

### *Plano da burguesia para superar a crise, Plano de governo*

Desde o estourar da crise e recessão no país (2014-2016), vivenciamos uma forte investida patronal sobre os trabalhadores. Uma das principais formas desta investida tem sido a modificação da legislação e da política

---

<sup>1</sup> Membro do Conselho Consultivo de marxismo21. Agradeço a Patrícia Trópia pela leitura crítica e comentários feitos à primeira versão deste texto. As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor.

trabalhista visando reduzir custos e salários e intensificar a exploração dos trabalhadores. Concedendo-se, assim, maior respaldo jurídico e político possível para os patrões que estão a recuperar seus capitais da crise.

Na propaganda ideológica burguesa, tal programa se assenta na ideia de modernização, que nada mais seria do que uma profunda transformação na regulação e nas relações de trabalho visando adaptá-las aos novos tempos e à conjuntura de crise. Dessa forma, uma modernização trabalhista seria benéfica para todos, pois melhoraria inclusive os trágicos indicadores do mercado de trabalho dos últimos anos.

Esse termo ganhou força enquanto justificativa para a grande Reforma Trabalhista de 2017, uma das reformas exigidas pelo capital no período atual. Aprovada no governo Temer, no entanto, tal modernização na “ultrapassada” CLT não foi um raio em céu azul. Houve uma clara continuidade em relação às mudanças anteriores, inclusive realizadas pelo Partido dos Trabalhadores. Lembremos, por exemplo, do Programa de Proteção ao Emprego de Dilma e dos Acordos Coletivos Especiais da CUT no ABC paulista, de inspiração alemã e que já, em 2015, colocavam na ordem do dia a questão do “acordado sobre o legislado” – recuperada com toda força dois anos depois.

Estando no final de 2019, sabemos o engodo de sua propaganda e promessa. Esse engodo é sentido na pele não só pelas multidões de desalentados do país, mas pelo trabalhador que tem que aceitar um contrato parcial ou intermitente, ou mesmo o metalúrgico da Ford de São Bernardo, que vê hoje o seu emprego correndo sério risco, mesmo depois de tantos “acordos” para protegê-lo.

Na realidade, modernização é outro nome para a continuação e a legitimação da piora das condições de emprego, trabalho, renda e luta dos

trabalhadores, tudo em prol da recuperação patronal. Sem dúvida, a perda do poder de barganha dos trabalhadores, com a ampliação do exército industrial de reserva desde a crise, foi um fator fundamental para essa piora se consolidar. Mas não somente, como veremos mais abaixo. A atual fraqueza da luta e das organizações sindicais também foi e ainda tem sido muito relevante para entendermos essas múltiplas derrotas dos trabalhadores.

A nosso ver, é nítido que Bolsonaro se coloca, explicitamente e desde o início, como continuador das reformas do capital, inclusive no âmbito trabalhista e sindical. Já na proposta de plano de governo do então candidato a presidência Bolsonaro, via-se que o mote do governo para a questão trabalhista era exatamente a dita modernização. Traduzindo: aproveitar-se do contexto de crise para continuar um ferrenho ataque às conquistas dos trabalhadores e criar novas possibilidades de lucro para os patrões.

Concretamente, a candidatura defendia um regime de contratação que dispensasse os direitos trabalhistas, restando ao trabalhador apenas aqueles que são constitucionais: a famigerada proposta da carteira de trabalho verde e amarela. Além disso, o plano de governo propunha o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (já presente na reforma de 2017), cujo efeito seria ampliar a concorrência entre entidades e não atrapalhar a nova era de patriotismo e defesa aberta da propriedade privada acima de tudo e todos.

**Os primeiros passos do Governo: defender os patrões!**

Após a vitória de Bolsonaro, a pasta do trabalho foi absorvida pelo superministério do banqueiro Guedes. Desde a transição governamental, ficava claro o papel totalmente subordinado que a questão trabalhista

deveria ter em relação às políticas econômicas burguesas mais radicais. Chegara a hora de o trabalho apresentar sua cota de sacrifício – como se tivesse outro sacrificado nessa crise!

Junto ao sumiço do trabalho enquanto ministério, Bolsonaro, no início do ano de 2019, também demonstrou seu desejo de fazer sumir uma justiça que lide especificamente com os conflitos trabalhistas. Afinal, vivemos em um país que tem excesso de proteção ao trabalhador, segundo ele. E, por isso, os oprimidos e explorados se tornam, na verdade, os patrões! Seria preciso assim, como ele diria depois, tomar o trabalho informal e sua ausência de direitos trabalhistas como modelo e meta.

Parafraseando Marx sobre Dom Quixote e Sancho Pança, embora o trabalhador leve todas as surras, ao menos ele não precisa empreender nesse mundo de taxas de lucro incertas. Essa é uma das bases ideológicas do atual governo, recorrentemente atualizada como justificativa para espoliar sem pudor as massas trabalhadoras, pobres, e encher um tanto mais os bolsos da burguesia, inclusive quando se trata de política fiscal.

Apesar da proposta acima não ter andado, o fato é que um dos principais efeitos da Reforma Trabalhista de Temer tem sido a queda das ações trabalhistas, o esvaziamento de tal âmbito da justiça. O risco dos trabalhadores arcarem com os custos do processo, desde a aprovação da reforma, explica boa parte da queda. Segundo estatísticas do TST, em 2017, foram recebidos quase 4 milhões de processos na justiça do trabalho em todo o país. Em 2018, o número caiu para 3,2 milhões. E, até setembro de 2019, apenas 2,5 milhões.

Os patrões estão cada vez menos incomodados com processos, mas Bolsonaro tem lutado para que eles estejam ainda mais à vontade e livres. A fiscalização do trabalho, já frágil, continua a ser desmontada. As

operações de combate ao trabalho escravo estão em queda, por exemplo. E, em troca, o que Bolsonaro prometeu, e vem cumprindo, é ampliar a própria “fiscalização” patronal armada, sobretudo no campo.

Voltando à pasta do trabalho, Bolsonaro chamou ninguém menos do que o relator da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados, Rogério Marinho, para comandar a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Depois de ter realizado tantos feitos em nome do patronato – de que ele próprio faz parte, coincidentemente... –, seu papel continuaria o mesmo, só que agora no Executivo.

A primeira grande reforma da equipe de Guedes, todos nós sabemos: a devastadora Reforma da Previdência, já promulgada, e que irá retirar centenas de bilhões de reais do sustento dos trabalhadores e o concomitante aumento de anos de trabalho, sobretudo, para as novas gerações. Uma gigantesca vitória do capital, que se soma à Reforma Trabalhista de 2017.

Seguindo a linha do governo Temer, essa nova pasta não fez nenhuma concessão ou deu qualquer abertura significativa ao movimento sindical, sobretudo aos seus agentes mais “políticos”, as centrais sindicais. Ao contrário, apostou numa ainda maior asfixia financeira das entidades sindicais, editando a MP 873, em março, que tentou barrar, até seu vencimento, as outras formas de contribuição obrigatória que os sindicatos estão criando desde o fim do imposto sindical – o que causou uma queda monumental em sua arrecadação.

Logo no início do ano, verificou-se assim que os mecanismos de cooptação que marcaram a relação entre governo e sindicalismo no período do petismo continuam a ser substituídos pela simples repressão e desmonte, como visto já em Temer. Linha política que coaduna com o momento de

forte investida patronal, cuja prevenção a qualquer oposição ou resistência vinda dos trabalhadores e suas organizações se faz essencial.

A frágil resistência e a continuidade dos ataques

As investidas do governo sobre o trabalho, ainda no começo do primeiro semestre, fizeram trabalhadores de diversas cidades do país tomarem as ruas ainda em março, em um Dia Nacional de Mobilização, convocado pelas centrais sindicais e movimentos populares. Nesse momento, a popularidade e o apoio a Bolsonaro já caía velozmente segundo as pesquisas. Ficava cada vez mais concreto que ele era mais um engodo e uma ilusória saída para as duras consequências da crise para as massas.

Depois, ocorreram grandes manifestações da educação, sobretudo contra os cortes de verbas do MEC. Além da juventude e do movimento estudantil, as categorias de professores em todo o país se mobilizaram em dias de paralisações nacionais. Tais protestos foram apoiados por enorme parcela da população.

Mas foi a Greve Geral, em junho, resultado de uma construção de todas as centrais sindicais, o momento mais aguardado e organizado do movimento sindical neste ano. E apesar de ter tido um impacto considerável, por exemplo, no setor de transporte de centros urbanos, nem de longe teve a força capaz de barrar ou fazer recuar os inúmeros ataques do governo.

Desde então, a unidade na ação no movimento sindical tem diminuído. As convocações às ruas não têm sido relevantes ou atendidas. A movimentação que mais se vê são as tentativas de abrir portas de negociação em Brasília por parte das centrais – o que também não tem demonstrando sucesso. Enfim, até o momento, as lutas e protestos de meados deste ano arrefeceram, e seguem sem ganhos consideráveis.

Os dados do DIEESE nos mostram que o primeiro semestre de 2019 representou um refluxo geral nas greves, consolidando-se o fim do último ciclo de greves que teve como pico 2013. Isso apesar dos momentos de certa ascensão da luta, como os exemplos acima. Além dos recursos muito menores do movimento e o cenário de medo e perseguição imposto pelo governo, o ainda elevado índice de desemprego parece ter sido um fator fundamental na desmobilização das categoriais. Mesmo com a taxa de desemprego “estabilizada”, o subemprego, o desalento e o setor informal continuaram a crescer e a formar um gigantesco e estável exército industrial de reserva de dezenas de milhões de trabalhadores no país, que estão a lutar diariamente contra um velho conhecido: o fantasma ou a realidade da miséria.

Ou seja, mesmo com imensos ataques, certas explosões de lutas, o movimento sindical, juntamente com outros movimentos de resistência das classes dominadas, não conseguiram superar suas limitações tanto internas, quanto objetivas da conjuntura.

Diante da fraca resistência, o governo e os demais agentes pró-reformas continuaram seu programa e seus ataques quase diários.

Além da reforma da previdência, já citada, foram feitas privatizações em várias empresas ligadas a estatais. Houve também a aprovação da MP da liberdade econômica, abertamente pró-patronal.

O governo ainda tem investido em um verdadeiro desmonte das normas de segurança do trabalho. Mais liberdade e segurança para o patrão, mais acidentes e mortes para o trabalhador. Mortes e acidentes no trabalho que já colocam o Brasil entre os líderes mundiais contra a vida e saúde do trabalhador e que têm crescido desde a Reforma Trabalhista – segundo o MPT, foram mais de 2.000 mortes apenas no setor formal em 2018. Só no

final de julho deste ano, Bolsonaro acabou com a exigência de inspeção de segurança do trabalho antes da abertura de um estabelecimento; liberou micro e pequenas empresas da obrigação de elaborarem programas de saúde do trabalhador; diminuiu as medidas de proteção do trabalhador frente a máquinas. Afinal, não só o suor do trabalhador alimenta a burguesia, mas seu sangue.

Mais recentemente, Bolsonaro apresentou um programa para gerar empregos de baixos salários para os jovens desempregados, que na realidade se trata de mais uma reforma trabalhista e sindical. Sob o nome de emprego “verde e amarelo”, a MP visa taxar desempregados e diminuir direitos trabalhistas dos contratados pelo programa a fim de reduzir os custos para os patrões. Além disso, o governo tenta mais uma vez impor o trabalho aos domingos, e, no caso dos bancários, aos sábados; continua a mexer na fiscalização e diminuir os custos judiciais dos patronais etc. No tocante ao movimento sindical, tira, por exemplo, a exigência do sindicato para definir regras de participação nos lucros.

Como se não bastasse, o governo já mostrou o que vem por aí: congelamento do salário mínimo, continuação das privatizações, uma reforma administrativa que ataca as categorias do serviço público – para além das medidas emergenciais fiscais já apresentadas, – e formação do Grupo de altos estudos do trabalho, o Gaet, para propor uma reforma sindical, que visa inclusive fragmentar ainda mais as bases sindicais... O fundo do poço parece nunca chegar.

Perspectivas e novos rumos para um movimento sindical em crise

O governo não mostra sinais de recuo. Pelo contrário, diante das notícias de levantes e revoltas que estão a correr o mundo, o recado foi claro:



repressão. Resgatou-se inclusive a história sanguinária da ditadura militar e se ameaçou o uso das forças armadas em protestos.

Seus conflitos internos e perda de popularidade parecem não afetar o núcleo duro das reformas, que possuem alto grau de consenso entre as frações burguesas e seus representantes. O congresso tem sido um agente central nessas reformas, e o poder judiciário as tem legitimado. Parte da mídia tende a suspender seus atritos com o governo para elogiar as reformas necessárias (para o capital).

Diante desse cenário, entender e enfrentar os dilemas que o movimento sindical enfrenta é fundamental. Infelizmente, essa situação de refluxo do sindicalismo é compartilhada por muitos países do mundo, cuja atividade grevista e taxa de sindicalização é decrescente há décadas.

Especificamente no Brasil, parece que os principais problemas da estrutura e movimento sindical são:

- **Formato profundamente estatal e institucionalizado:** no momento em que o Estado começa a dispensar a máquina sindical, esta está prestes a se desmontar por completo. Percebe-se assim o baixíssimo grau de autonomia de nosso sindicalismo e sua inserção nas bases, nos locais de trabalho e de moradia. Não só a abertura dos sindicatos dependia do Estado, mas basicamente a maioria dos recursos provinha daquilo que na prática era um imposto contra os trabalhadores e garantido pela legislação. As visitas em gabinetes, a participação em espaços tripartites já há um bom tempo tinham se tornado o cotidiano dos sindicalistas, e não o convívio com o trabalhador.
- **Baixa representação e legitimação das bases:** essa aproximação com o Estado e com os espaços patronais, que foi ampliada no

petismo, foi concomitante ao afastamento das direções em relação às bases sindicais. Longe de ser símbolo de poder e influência de fato, a participação direta no governo teve como resultado o enfraquecimento dos sindicatos, que perderam a confiança das bases e foram cada vez mais vinculados ao jogo sujo da política burguesa.

- **Oportunismo das direções:** aliás, a maioria do movimento entrou sim de cabeça nesse jogo, seja levando em conta o interesse empresarial ou do Estado, seja ganhando benesses por participar das gestões empresariais e estatais. Em parte significativa, os sindicatos se tornaram uma máquina focada no seu próprio financiamento e das suas direções políticas/eleitorais. A explosão de centrais e entidades não foi acompanhada de uma maior sindicalização dos trabalhadores, maior participação na luta, mas fruto de um mero jogo para abocanhar verbas do setor.
- **Fraca inserção dos sindicatos nas novas categorias e nos setores mais precarizados:** mesmo antes da explosão do desemprego com a crise, o mercado de trabalho brasileiro já estava a apresentar características cada vez mais desafiantes para o movimento sindical. A melhora nos índices de formalização do período do petismo se deu através da proliferação de empregos de baixos salários e alta rotatividade. A terceirização se tornou algo consolidado. A automação foi modificando várias categorias centrais. Hoje, uma nova onda de empregos por conta própria e informais, como aqueles por aplicativos, tornam a situação ainda mais complexa para a representação e a organização sindical. Estas, por sua vez, parecem estar se encerrando nas diminutas categorias públicas, até o momento, as com maior “seguridade” e direitos sindicais.

Por si só, as forças sindicais majoritárias não parecem interessadas em uma profunda autocrítica. A aposta parece continuar a buscar canais de negociação dentro do Estado, ou focar nas próximas eleições. Eventos que ocorreram por fora desse movimento sindical parecem conter algumas lições relevantes para superar a atual crise. Ano passado, por exemplo, a paralisação mais forte foi a selvagem e complexa greve dos caminhoneiros, cujo papel das redes sociais, o distanciamento em relação aos aparatos de negociação e uma forte participação da base envolvida merecem destaque. O período recente, inclusive, já tinha registrado greves selvagens e contra o atual aparelho sindical, como nas obras do PAC em 2011.

Ou mesmo, lições do passado hoje necessitam ser resgatadas. Por exemplo, nos primórdios do movimento operário, o mutualismo e a atuação organizada nos espaços de reprodução da força de trabalho eram muito relevantes politicamente. Hoje, diante do amplo exército de reserva, essa dimensão da organização e luta dos trabalhadores parece não receber atenção necessária – sendo dirigida, na prática, pelas igrejas, ONGs empresariais etc.

De qualquer fora, encontramos-nos em um momento de profunda reconfiguração da situação e luta econômica dos trabalhadores, exigindo dos militantes uma maior compreensão e atenção à realidade e às lutas espontâneas, mesmo que pequenas, que estão a surgir e certamente surgirão nesse difícil contexto. Essa reconfiguração, lembremos, não está dissociada da luta política, cujos limites do eleitoralismo estamos, sobretudo nós da América Latina, a (re)aprender da forma mais amarga possível.